

Pessoas com deficiência dão nota negativa a escolas, a universidades e a serviços

Covid-19

Ana Cristina Pereira

O estudo foi desenvolvido pelo Observatório da Deficiência e Direitos Humanos em Abril e Maio e incluiu os cuidadores

As pessoas com deficiência e as suas famílias dão nota negativa às escolas, às universidades e aos diversos serviços de apoio durante o pico de pandemia de covid-19. A coordenadora do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH), Paula Campos Pinto, espera que isto sirva de alerta para se fazer melhor numa eventual segunda vaga.

A iniciativa partiu do ODDH que integra o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa. Entre os dias 27 de Abril e 10 de Maio de 2020, responderam ao inquérito 725 pessoas – 53,8% com deficiência e 46,2% familiares ou cuidadores.

Pronunciaram-se 217 estudantes ou pais de estudantes do pré-escolar, do básico ou do secundário. A maioria (77,9%) avaliou as modalidades de ensino à distância de forma negativa. No ensino superior, o grau de insatisfação é menor, mas pouco. Num total de 75 respostas obtidas, 69,3% deram nota negativa “à adequação das modalidades de ensino à distância disponibilizadas pelas instituições de ensino universitário aos alunos com deficiência”.

“Tanto as escolas como as universidades foram obrigadas a passar



77,9% dos estudantes não aprovaram o ensino à distância

rapidamente para o ensino a distância, muitas vezes sem recursos e sem conhecimento”, nota Paula Campos Pinto. “As necessidades destes alunos foram as últimas a ser consideradas. Mesmo quando podiam estar no sistema de ensino à distância, não tinham garantia de plataforma com acessibilidade, por exemplo, para alunos com cegueira ou baixa visão.”

Sobre os apoios e serviços, pronunciaram-se 286 pessoas. Quase metade (40,1%) referiu que “foram suspensos apoios fundamentais”, como terapias, actividades e assistência pessoal. Dos 449 inquiridos com necessidade de apoio de outra pessoa na realização de actividades diárias, “33,2% responderam que a assistência pes-

soal foi suspensa ou verificou-se uma redução do número de horas de apoio prestado”. “A suspensão destes apoios e serviços comprometeu não só a autonomia e o bem-estar das pessoas com deficiência – ficando sem apoios terapêuticos e pedagógicos específicos e sem auxílio nos cuidados pessoais”, lê-se no estudo. “Também a dos seus familiares que, na ausência absoluta de qualquer tipo de apoios, assumiram em exclusivo a prestação de cuidados aos seus filhos – crianças e adultos com deficiência –, criando situações de absoluta exaustão nestas famílias.”

Paula Campos Pinto dá o exemplo dos casais de idosos com um filho adulto deficiente, de repente, todo o dia, em exclusivo, a prestar-lhe cuidados porque o centro de actividades ocupacionais fechara. “É muito pesado”, salienta. Ocorre-lhe também o exemplo das pessoas com deficiência entusiasmadas com o arranque do processo de vida independente. “Ficaram de novo ao abandono.”

No seu entender, há que pensar no que fazer agora, que os serviços ainda não estão a 100%, e numa eventual segunda vaga. “É preciso pensar como vamos apoiar estas pessoas e estas famílias do ponto de vista psicológico e de cuidados físicos. É preciso pensar em alternativas, como se fez para os filhos das pessoas que estavam na linha da frente dos cuidados e das forças de segurança.” Não esquecendo as garantias à acessibilidade digital no próximo ano lectivo. acpereira@publico.pt